



PODER

Lira ataca Padilha e abre nova crise com governo

Presidente da Câmara chama ministro de "incompetente" e "desafeto pessoal" após controvérsia sobre a manutenção da prisão de Brazão, considerada uma derrota do deputado alagoano. Titular de Relações Institucionais posta vídeo no qual é elogiado por Lula

» EVANDRO ÉBOLI
» ÁNDREA MALCHER

A indisposição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o ministro do governo responsável pela articulação no Congresso Nacional, Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, deixou de ser conversa de bastidores e de ataques do parlamentar feitos em rodas com colegas e jornalistas, e, agora, se tornou pública.

Um dia depois de o plenário da Câmara aprovar, por 277 a 129 votos, a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), muito comemorada publicamente por Padilha e apontada como uma derrota de Lira, o presidente da Casa não poupou adjetivos negativos ao governo e ao auxiliar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa votação foi o estopim dos ataques.

Em Londrina (PR), ontem, o deputado alagoano chamou Padilha de "incompetente" e disse que o ministro é um "desafeto pessoal" dele.

Os ataques de Lira ocorreram após ele ser questionado por jornalistas sobre o resultado da votação relativa a Chiquinho Brazão. Segundo o presidente da Câmara, as informações que circularam de que ele vinha trabalhando pela soltura do deputado fluminense foram fomentadas por Padilha.

Depois do resultado da sessão no plenário, o ministro apareceu nas redes sociais abraçado com a ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial, irmã da vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018. Brazão é acusado de ser um dos mandantes do crime, que vitimou, ainda, o motorista Anderson Gomes.

Lira reagiu: "Essa notícia foi vazada do governo e, basicamente, do ministro Padilha, que é um desafeto, além de pessoal, um incompetente", disparou. "Não existe partidização. Eu deixei bem claro que ontem

(quarta-feira) a votação foi de cunho individual, cada deputado responsável pelo voto que deu. Não tem nada a ver", acrescentou, ao se referir a uma resposta que deu, no dia da votação, a um questionamento de Chico Alencar (PSol-RJ). Na ocasião, ele disse ao colega: "Quem votar pela abstenção ou não votar sabe o que está fazendo. E sabe o efeito do voto que está dando. Nós não temos aqui criança. O assunto é sério, e nós não vamos dissimular sobre isso".

Com o resultado, Lira afirmou que virou alvo de "notícias plantadas" por integrantes do Executivo. "É lamentável que integrantes do governo, interessados na instabilidade da relação harmônica entre os Poderes, fique quem plantando essas mentiras, notícias falsas, que incomodam o parlamento. E, depois, quando o parlamento reage, acham ruim", ameaçou.

Confiança

Essa não foi a primeira vez que Lira investiu contra Padilha, mas a pressão que ele faz não impulsiona Lula a exonerar o ministro. Sempre que pode, o presidente dá demonstração de confiança no seu auxiliar, como ocorreu anteontem.

Em cerimônia no Planalto, Lula frisou que Padilha tem o cargo mais espinhoso do governo e que a demanda de deputados e senadores é muito grande. afirmou, ainda, que o trabalho do ministro é competente.

"Digo que o Padilha vai bater recorde porque é ministro que está durando muito tempo no seu cargo. E vai continuar pela competência dele", destacou o chefe do Executivo.

Horas depois dos ataques de Lira, Padilha postou, em uma rede social, o vídeo com os elogios de Lula, e escreveu: "Ter ouvido isso ontem (quarta), publicamente, do maior líder político da história do Brasil é sempre uma honra para toda a equipe

Sistema Faep



Marcelo Camargo/Agência Brasil



Padilha postou vídeo em que é chamado de competente por Lula

Lira em Londrina: "A notícia foi vazada do governo e, basicamente, do ministro Padilha, que é um desafeto, além de pessoal, um incompetente"

Memória

Emendas parlamentares

Arthur Lira rompeu relações com Alexandre Padilha no início do ano, após discordar de critérios para o repasse de emendas parlamentares do Ministério da Saúde, cuja titular, Nísia Trindade, é apadrinhada pelo ministro das Relações Institucionais.

Desde então, o principal interlocutor do presidente da Câmara dos Deputados no Palácio do Planalto tem sido o ministro da Casa Civil, Rui Costa, apesar de Padilha ser o responsável pela articulação política do governo com o Congresso.

para o governo e para o Brasil". Um dos vice-líderes da maioria na Câmara, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) saiu em defesa de Padilha e disparou contra o presidente da Câmara.

"Quem Lira pensa que é? O presidente da República é Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com 60,3 milhões de votos! Ministro Padilha

tem minha total e irrestrita solidariedade", ressaltou. "Chega de política de faca no pescoço. Tenha mais respeito antes de atacar um dos principais quadros do nosso governo e do nosso partido. A competência do Padilha é porque não deixa Lira prender o orçamento da Saúde nem soltar o acusado de assassinar Marielle Franco."

Pacheco afaga o ministro

» ALINE BRITO

Após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disparar críticas ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e chamá-lo de "incompetente", o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), elogiou o titular do governo.

"Eu me esforço muito para manter uma boa relação com o governo e com o ministro Padilha, por quem eu tenho afeição, simpatia e considero competente", frisou. "Na parte do Senado, vamos buscar ter o melhor relacionamento possível com o governo e com Padilha", afirmou.

Pacheco acrescentou: "Espero que a relação do parlamento com o Executivo, especialmente com essa peça-chave que é o ministro Padilha, possa ser a melhor possível".

PL das fake news

O presidente do Senado também comentou a decisão de Lira de enterrar o PL das Fake News, cujo objetivo era regulamentar as redes sociais.

"A Câmara tem toda autonomia para decidir da forma como queira decidir, só me permito falar sobre minha opinião em relação a isso, até porque eu votei no projeto em 2020, antes de ser presidente (do Senado), e se eu fosse presidente hoje, com um projeto desse no Senado, eu faria ser aprovado", declarou Pacheco.

Na terça-feira, Lira anunciou a criação de um grupo de trabalho para elaborar um novo projeto de regulação das redes, sob alegação de que o PL das Fake News não tem condições de ser votado por conta das divergências que cercam o texto.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Dos delitos e das penas, as razões da saidinha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou, na nova lei das saidinhas, o trecho que impedia a saída de presos do regime semiaberto para visitar a família. No regime semiaberto, os presos dormem na prisão e saem para trabalhar. O fim da saidinha foi aprovada pelo Congresso na onda de endurecimento das penas para combater a violência. É uma bandeira da oposição ao governo, liderada pela chamada bancada da bala, da qual fez parte o ex-presidente Jair Bolsonaro, desde o plebiscito sobre o desarmamento, em 2005.

A defesa do endurecimento das penas — no limite, a adoção da pena de morte — é uma espécie de populismo penal, que vem sendo combatido desde o século XVIII, mas que ainda conta com muito apoio na sociedade. É um senso comum que oferece uma solução simples e radical para um problema cada vez mais complexo: a atuação de organizações criminosas e a delinquência difusa, que brota na sociedade em razão das desigualdades sociais, do desemprego e

da baixíssima escolaridade.

O milanês Cesare Beccaria, marquez de Beccaria, considerado o pai do moderno direito penal, foi o primeiro grande criminalista a se insurgir contra os métodos medievais de punição. Educado por jesuítas, estudou literatura e matemática em Paris, em meados do século, e sofreu a influência dos enciclopedistas, principalmente Voltaire, Rousseau e Montesquieu. De volta a Milão, fundou uma sociedade iluminista e passou a escrever para o jornal Il Café, que circulou nos anos de 1764 e 1765.

Na época, as penas constituíam uma espécie de vingança coletiva, o que levava à aplicação de punições com consequências piores do que os males produzidos: torturas, penas de morte, prisões desumanas, banimentos, na maioria das vezes, com base em acusações secretas.

O fim das saidinhas, aprovado pelo Congresso, é uma espécie de vingança coletiva contra os prisioneiros com bom comportamento, em retaliação

aos detentos que dela se aproveitavam para fugir da prisão e/ou cometer outros crimes. Na saída temporária do Natal passado, que beneficiou pouco mais de 52 mil internos, 95% (49 mil) voltaram às cadeias dentro do período estipulado; outros 5% (cerca de 2,6 mil), não.

Beccaria escreveu uma obra seminal: Dei Delitti e delle Pene (Dos delitos e das penas), fruto de suas discussões com os irmãos Pietro e Alessandro Verri. Para evitar perseguições, o livro foi impresso em Livorno, em 1764, anonimamente. Com razão e sentimento, é um libelo contra os julgamentos secretos, a tortura, a confiscação, as penas infamantes, a desigualdade do castigo e os suplícios.

Separou a justiça divina e a justiça humana, os pecados e os delitos, condenou o direito de vingança e tomou por base a utilidade social para estabelecer o direito de punir. Classificou como inútil a pena de morte, assim como defendeu a separação do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Beccaria foi acusado

de heresia e sofreu forte perseguição em Milão. Entretanto, sua influência se espalhou pela Europa.

Presídios

A imperatriz Maria Teresa da Áustria aboliu a tortura em 1776. Catarina II adotou seus conceitos no Código Criminal Russo de 1776. Em 1786, Leopoldo de Toscana adotou as reformas defendidas por Beccaria; Frederico, o Grande, na Prússia, abraçou muitos de seus princípios. Quatro são atualíssimos: a inevitabilidade da punição; a punição da mesma natureza e gravidade para o mesmo crime; a pena proporcional à gravidade da ofensa ou dano; e a celeridade do julgamento, resguardado o direito de defesa.

Segundo agentes penitenciários, a saidinha estimula o bom comportamento dos detentos e reduz a tensão nos presídios, que há mais de 20 anos convivem com um grande déficit de vagas. No ano 2000, havia 232.755 presos em

tudo o país, para apenas 135.710 vagas. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), até junho de 2019, a superlotação era de 461 mil vagas para quase 800 mil detentos.

A população prisional cresce a um ritmo de 8,3% ao ano. Deve chegar a 1,5 milhão em 2025, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Do total da população carcerária, 41,5% (337.126) são presos provisórios, que ainda estão à espera de julgamento. E ainda há 366,5 mil mandados de prisão pendentes de cumprimento.

De junho a dezembro de 2019, 49,88% dos presos se declaram pardos; 32,29%, brancos; 16,81%, negros; 0,8%, amarela; e 0,21, indígena. Cerca de 317,5 mil não completaram o ensino fundamental e 101,7 mil, o ensino médio. São analfabetos 18,7 mil, enquanto 4,1 mil têm curso superior. Essa é a base social das facções criminosas que controlam os presídios.